

Estudo Bibliométrico da Produção Acadêmica Brasileira sobre Governança Pública entre 2017 e 2021

Bibliometric Study of the Brazilian Academic Production on Public Governance between 2017 and 2021

Barbara Cristina Marreto¹ⁱ; Alyne Mantoan²ⁱⁱ, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9782-4561>; Eduardo de Camargo Oliva³ⁱⁱⁱ, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7454-3759>

1. USCS - Municipal University of São Caetano do Sul - São Caetano do Sul-SP – Brazil. Brazil. E-mail: barbara.marreto@online.uscs.edu.br

2. USCS - Municipal University of São Caetano do Sul - São Caetano do Sul-SP – Brazil. E-mail: alyne.mantoan@online.uscs.edu.br

3. USCS - Municipal University of São Caetano do Sul - São Caetano do Sul-SP – Brazil. E-mail: eduardo.oliva@online.uscs.edu.br

Resumo

O presente estudo apresenta uma revisão bibliométrica da produção acadêmica brasileira relacionada à governança pública, no período de 2017 e 2021. A delimitação da pesquisa na plataforma Periódicos Capes utilizou os termos “Governança” e “Pública”, sendo primeiro termo constando no título e o segundo em qualquer campo, sendo selecionados apenas os artigos escritos em português e publicados no Brasil. Os resultados apontam para um crescente interesse pelo tema, o que pode se dar pela preocupação com a transparência e lisura da administração pública no Brasil.

Palavras-chave: governança pública; setor público; bibliometria.

Abstract

Abstract

Governance seeks to ensure fairness, transparency, and accountability for those involved leading to increased pressure on administrators of public institutions to meet social and political demands. Thus, understanding how mechanisms articulate to meet contemporary demands, and the impact of such mechanisms becomes necessary. This study presents a bibliometric review of the Brazilian academic production on public governance during the period 2017-2021. The research was conducted on the using the terms “Governance” and “Public”, where the first term should appear in the title and the second in any field, and only articles written in Portuguese and published in Brazil were selected. The results point to a growing interest in the subject, which may be due to concern about transparency and fairness in public administration in Brazil.

Keywords: public governance; public sector; bibliometrics.

Citation: Marreto, B. C., Mantoan, A., Oliva, E. C. (2024). Bibliometric Study of the Brazilian Academic Production on Public Governance between 2017 and 2021. *Gestão & Regionalidade*, v. 40, e20248903. <https://doi.org/10.13037/gr.vol40.e20248903>



1 Introdução

A Governança busca a garantia da equidade, transparência e responsabilidade às partes interessadas. Especificamente, a governança pública busca a garantia da preservação dos direitos e interesses dos cidadãos e dos deveres dos agentes responsáveis.

Os administradores das instituições públicas se encontram cada vez mais diante de decisões morais e defrontam-se com desafiantes pressões em atender as demandas sociais e políticas, sem incorrer em gastos excessivos. Isso faz com que a postura ética e transparente seja demandada pelos cidadãos dos dirigentes públicos que lidam com expectativas aumentadas na mesma proporção (Benedicto *et al.*, 2018; Ferreira, 2016).

Dessa forma, torna-se necessário compreender como mecanismos se articulam para dar nascimento às mudanças contemporâneas na governança pública, além do impacto sobre os sistemas de serviços públicos em todos os níveis, federal, estadual, municipal e nas empresas públicas. Ainda a chamada “nova governança” vem sendo diretriz para as reformas do setor público (Benedicto *et al.*, 2018; Ansell & Torfing, 2016).

A governança inserida no âmbito do setor público está relacionada à administração das organizações da esfera pública. Esta pode e deve se utilizar dos princípios de governança estabelecidos, consolidados na literatura e destinados ao setor privado, sendo estes totalmente aplicáveis ao setor geral do estado, uma vez que, a governança pública, assim como a privada, implantando as ações de governança contribuem para tornar a gestão mais condizente aos interesses sociais. (Ferreira, 2016; Brasil, 2020).

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise bibliométrica das produções nacionais dos últimos cinco anos, entre 2017 e 2021, relacionados ao tema Governança Pública. A contribuição do presente estudo realizado com a literatura nacional amplia a divulgação da governança pública no Brasil, incentiva o interesse da academia e demais setores da sociedade em se aprofundar um pouco mais acerca do assunto considerando a sua importância.

2 Referencial Teórico

Apesar de terem sido primeiramente desenvolvidos para empresas de mercado, os princípios e práticas de governança também podem ser adotados e trazer benefícios para organizações públicas e com características sociais, por meio do alinhamento de interesses em busca de contribuir para a longevidade da organização.

As boas práticas de governança também são encontradas no documento da ONU - Orientação sobre boas práticas na divulgação de governança corporativa, trazendo a ideia de estruturar o conselho de administração, a proteção de dados e a tecnologia da informação. Esses princípios ampliam os princípios básicos de governança (Oliva *et al.*, 2020).

A aplicação da boa governança, seja ela na esfera pública ou privada, requer ações que se pautem na transparência e na ética. Na esfera privada, a transparência é observada pelos investidores, já na esfera pública é determinada pela legislação (Pereira, 2010).

A transparência é considerada elemento essencial para fundamentar a eficiência econômica, deixando claro e disponível ao administrador os processos que envolvem a tomada de decisão do que é fundamental para elaboração de políticas públicas. Em termos práticos, é possível identificar a transparência nos atos de governança em ações como prestação de contas por meio de entrevistas abertas à mídia, seja falada, escrita ou televisiva e internet, ouvidorias com independência do órgão público, registro de gravação de reuniões dos servidores. Dessa



maneira, há viabilidade de aplicação de políticas públicas que ofereçam transparência aos atos do administrador público (Pereira, 2010).

A governança pública associada à governança da informação está diretamente ligada aos princípios da transparência e da prestação de contas (*accountability*). Os pilares que norteiam a segurança da informação são o da disponibilidade, confidencialidade e integridade, o que converge com os princípios da governança pública (Ibge, 2022).

Ainda, a governança pública é derivada do conflito de agência, basicamente caracterizado quando os interesses dos *stakeholders* ou cidadãos, os que possuem direitos, não são atendidos pelos agentes responsáveis pelo cumprimento e assecuração desses interesses. Dessa forma, há o entendimento que a governança aplicada ao setor público traz uma ideia de segurança nas ações do administrador (Brasil, 2020; Ferreira, 2016).

A governança pública é definida a partir da elaboração de uma determinada forma, com base no interesse de uma coletividade, o que podemos chamar de política; por outro lado, pode-se definir como um compilado de regras que regulamentam as ações das partes interessadas (Ansell&Torfing, 2016).

As definições de governança se agrupam em quatro critérios principais: (i) como guardião de direitos; (ii) como sistema de relações; (iii) como estrutura de poder; e (iv) como sistema normativo. Seus valores indissociáveis, ou princípios que, efetivos representam alcance da boa governança são: transparência (*disclosure*), equidade (*fairness*), prestação de contas (*accountability*), sustentabilidade, cumprimento das leis (*compliance*), integridade (*integrity*) e a ética (Benedicto *et al.*, 2018; Ferreira, 2016; Ibge, 2015).

A ética, de uma forma simples, consiste em diferenciar o que é certo do que é errado ao agir, de acordo com a situação e as regras impostas. Na administração pública, a ética guiada para o serviço público deve ser composta por comportamentos congruentes com o interesse geral. É necessário se colocar o interesse público como prioridade, impondo aos agentes uma pluralidade de deveres, tais como o dever de neutralidade; o dever de legalidade; justiça e imparcialidade; igualdade; proporcionalidade; colaboração e boa-fé; informação e qualidade, lealdade; integridade; competência e responsabilidade (Rio, 2011).

O princípio da transparência também é encontrado como princípio basilar fixado na constituição federal que tange aos atos da administração pública. A chamada Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a qual determina as normas voltadas para a responsabilidade pela gestão fiscal e para uma maior cobrança e fiscalização em relação à transparência e prestação de contas. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a ação planejada e transparente e mecanismos eficientes de controle são requisitos indispensáveis para que se obtenha o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, têm considerado, pelos estudos realizados, apenas o pilar da responsabilidade no cumprimento de metas e limites. Para se atingir esse equilíbrio é necessária a existência de um sistema de controle e gestão que previna riscos e corrija desvios que afetem o equilíbrio fiscal (Cruz, 2018).

A prestação de contas como princípio de Governança implica na prestação contínua, concisa, compreensível e tempestiva de contas relacionadas à atuação e aos resultados alcançados pela instituição aos interessados, sendo esses os cidadãos, no caso de instituições públicas e os *stakeholders* nas instituições privadas. Dessa forma, os agentes de governança devem assumir seus atos e consequências no desempenho de suas funções e responsabilidades (Branco & Cruz, 2013; Ibge, 2015).

O princípio da equidade diz respeito ao tratamento igualitário e justo que deve ser destinado a todas as partes interessadas, senso de justiça, atendendo às necessidades, interesses e expectativas, direitos e deveres dos cidadãos e ou *stakeholders* (Brasil, 2020; Ibge, 2015).



A sustentabilidade de ordem fiscal e gerencial é uma obrigação dos dirigentes e governantes, uma vez que os recursos são confiados a estes. A alta administração deve visar à longevidade da instituição, visando também suas operações de ordem social, ambiental, financeira e material na definição dos negócios e estratégias (Brasil, 2020; Branco & Cruz, 2013).

Ao se abordar o universo de responsabilidades que a Administração Pública contempla, percebe-se a relevância do princípio da integridade à medida que os padrões e valores pessoais e profissionais desenvolvidos numa organização determinam a qualidade e a eficácia das práticas recomendadas de governança, bem como a credibilidade de toda informação ou prestação de contas fornecidas à sociedade (Lisot, 2012).

Foi definido, a partir de 1992, pelo Banco Mundial, itens colocados como dimensões em ordem numérica para uma boa governança. Como primeira dimensão temos a melhoria no gerenciamento das contas públicas com o objetivo de ter uma devolutiva para a sociedade por meio de serviços sociais; como segunda dimensão é o estabelecimento de legislações que afastem a sensação de ilegalidade na administração pública; como terceira dimensão estabelecimento de regras que possam ser defendidas em âmbito judicial; e, não menos importante a quarta dimensão, que é a da transparência e a participação da sociedade junto às ações da administração pública (Corralo, 2018).

Em 2014 a Federation of Accountants (IFAC) publicou um documento estruturando os aspectos de uma boa governança com a finalidade de incentivar uma melhoria na prestação de serviços públicos e dar efetividade e transparência à prestação de contas. O referido documento traz uma série de princípios e características que devem estar presentes na aplicação da boa governança. Os principais são o compromisso constante com a integridade, com a ética, o cumprimento da legislação e engajamento transparente e abrangente com as partes interessadas. Além disso, o documento também traz aspectos do desenvolvimento sustentável, bons resultados e constância na capacitação dos agentes envolvidos (Sobreira, 2017).

3 Procedimentos Metodológicos

A análise bibliométrica é um método de pesquisa científica que surgiu nos anos sessenta, no século XX, e foi denominada Pritchard em homenagem ao seu idealizador e, por ter caráter quantitativo, orientou a formulação de leis matemáticas, cujo objetivo é o de mensurar a produção científica (Pritchard, 1969 *apud* Teixeira, *et al.*, 2013).

Como destaque na aplicação da análise bibliométrica, estão o método de medição da produtividade de cientistas de Lotka (1926), a lei de dispersão do conhecimento científico de Bradford (1934) e o modelo de distribuição e frequência de palavras num texto de Zipf (1949) (Araújo, 2006; Guedes & Borschiver, 2005).

A Lei de Lotka ou Lei do Quadrado Inverso, criada em 1926, foi construída a partir de um estudo acerca da produtividade de cientistas, a partir da contagem de autores presentes no Chemical Abstracts, entre 1909 e 1916. Esta lei estabelece que um pequeno número de pesquisadores produz muito em um determinado assunto e muitos autores produzem pouco (Guedes & Borschiver, 2005).

A segunda lei bibliométrica incide sobre conjuntos de periódicos. Com a finalidade de identificar a extensão na qual artigos de um assunto científico específico apareciam em periódicos destinados a outros assuntos, estudando a distribuição dos artigos em termos de variáveis de proximidade ou de afastamento, essa lei é a chamada Bradford ou Lei da Dispersão (Araújo, 2006).



A terceira das leis bibliométricas clássicas é a Lei de Zipf, formulada em 1949 e que descreve a relação entre palavras num determinado texto suficientemente grande e a ordem de série dessas palavras, evidenciando a contagem de palavras em largas amostragens (Araújo, 2006; Ribeiro & Santos, 2015).

Como critério de seleção dos artigos para a realização da análise bibliométrica, dois termos foram utilizados: “Governança” e “Pública”, selecionando o filtro da base de dados para artigos que contivessem o primeiro termo em seus títulos e o segundo em qualquer campo. Nesse estudo, foram utilizados os dados da produção de artigos científicos em português e publicados em revistas nacionais constantes na base de dados da plataforma de Periódicos Capes. Ainda, foram selecionados somente os artigos publicados nos últimos 5 anos, entre 2017 e 2021.

A base sem tratamento totalizou 109 artigos. Uma análise minuciosa precisou ser realizada, uma vez que diversos artigos trazidos na busca não estavam de acordo com o tema ou não estavam disponíveis em revistas nacionais. Dessa forma, foram selecionados ao término da análise individual, realizada por meio da leitura dos títulos e resumos, 57 artigos para compor a base de dados utilizada neste estudo. Vale ressaltar que foram descartados os artigos que tratavam de governança corporativa no setor privado, ou que o conteúdo do artigo não mantinha relação com a governança pública.

Foram analisadas a quantidade de citações que os artigos receberam, a classificação dos trabalhos teóricos divididos em meta análise, pesquisa bibliográfica ou meta análise e pesquisa bibliográfica. Os trabalhos foram divididos ainda quanto à sua abordagem, qualitativa, quantitativa ou método misto qualitativa e quantitativa. Tratando apenas das principais leis da análise bibliométrica, a análise da distribuição da produção acadêmica nacional entre os anos pesquisados, a produtividade por periódico, ou o número de publicações da amostra por periódico e o posicionamento do periódico no sistema Qualis, referente ao quadriênio 2017-2021 foi realizado. Essas análises se enquadram na Lei de Bradford.

O agrupamento de acordo com a categoria sendo A, B e C foi realizado para facilitar o entendimento. No Brasil há um sistema próprio de medição da qualidade dos periódicos, sendo o utilizado neste artigo, o Novo Qualis, cuja classificação provisória é calculada por metodologia que se utiliza de modelo matemático e indicadores objetivos, resultando em 8 classes de percentil que dividem os periódicos em intervalos de A1 até A4 e de B1 até B4 (Brasil, 2019).

Os percentuais mínimos para a obtenção de classificação e o agrupamento realizado para a análise deste estudo podem ser visualizados no quadro abaixo.

Quadro 1

Classificação Novo Capes

Estrato	Percentil	Agrupamento
A1	$\geq 87,5$	A
A2	≥ 75	
A3	$\geq 62,5$	
A4	≥ 50	
B1	$\geq 37,5$	B
B2	≥ 25	
B3	$\geq 12,5$	
B4	$> 12,5$	



C	Revistas predatórias.	C
---	--------------------------	---

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados obtidos no site da CAPES.

A Capes vem buscando ampliar e solidificar os cursos de mestrado e doutorado no Brasil e contribuir para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica (Crespi, 2017). Como pode ser visualizado no Quadro 1, os percentis mais altos obtidos pelo cálculo realizado pela Capes estão atrelados aos Qualis A, os medianos, estão atrelados aos Qualis B e os percentis mais baixos são considerados como revistas predatórias, ou seja, revistas nas quais as publicações não são, de fato, de cunho científico (BRASIL, 2019).

Ainda, a produção por vínculo institucional e a frequência de palavras-chave, cujas análises podem ser ligadas à lei de Zipf foram realizadas juntamente à apresentação dos resultados de produtividade dos autores, diretamente ligada à Lei de Lotka.

4 Resultados

A tabela 1 demonstra o número total de publicações por ano obtidos nessa amostra no período estabelecido supracitado, apresentando decréscimo no último ano analisado (2021). Observa-se que o ano de 2018 foi o que mais apresentou publicação sobre o assunto, ou seja, 29,8% dos artigos desta amostra.

Tabela 1

Total de publicações por Ano

Ano da Publicação	Número de Artigos Publicados	% Anual
2017	9	15,8
2018	17	29,8
2019	11	19,3
2020	13	22,8
2021	7	12,3
TOTAL	57	100

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2022).

A lei de Bradford avalia o nível de atração dos periódicos sobre determinado tema. A análise do Qualis/CAPES das revistas foi realizada e, conforme Rodrigues (2020), pode ser ilustrada como uma análise pertencente à lei de Bradford. Como descrito anteriormente, os autores optaram por realizar um agrupamento dos periódicos em três categorias, sendo elas as zonas A, B e C. A Tabela 2 apresenta as zonas de classificação dos periódicos, determinados a partir da produção de artigos científicos e de sua concentração em periódicos.

Tabela 2

Qualis dos Periódicos detalhado

Classificação do Periódico	Periódicos	% Periódicos	% Periódicos por Categoria	% de Publicações	% de Publicações por Categoria
A1	2	4,5	52,3	3,5	52,6



A2	5	11,4		8,8	
A3	7	15,9		14,0	
A4	9	20,5		26,3	
B1	5	11,4		8,8	
B2	5	11,4	36,4	10,5	31,6
B3	3	6,8		5,3	
B4	3	6,8		7,0	
C	5	11,4	11,4	15,8	15,8
TOTAL	44	100	100	100,0	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2022).

É possível verificar que a condição de maior concentração de periódicos desta amostra é pertencente à categoria A, sendo 23 revistas, correspondendo a 52,3% do total. Ainda, vale ressaltar que, em percentuais, os periódicos de Qualis A4 são os que mais receberam publicações nesta amostra, 26,3%. A Zona B representa 36,4% dos periódicos e 31,6% das publicações totais da amostra. Já, a Zona C, cuja CAPES no novo critério Qualis considera como provável predatória, representa 5 revistas, ou 15,8% dos artigos considerados neste estudo, foram publicados em revistas consideradas predatórias.

A referida Lei, também conhecida como Lei de Dispersão, possibilita, a partir da mensuração da produtividade das publicações, determinar o núcleo e as áreas de dispersão acerca de um determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas (Guedes & Borschiver, 2005). Portanto, quando os primeiros artigos sobre um novo assunto são escritos, são levados a uma pequena seleção por periódicos pertinentes e, se aceitos, atraem cada vez mais artigos, no decurso do tempo do desenvolvimento da área de assunto.

Ao se analisar apenas a zona de Classificação A, grande parte dos artigos desta amostra, 52,6%, foram publicados nessa categoria. Destaca-se a Revista do Serviço Público, que foi o periódico com mais publicações sobre o tema, no período analisado (5 estudos ou 8,8% dos artigos deste estudo).

Em relação às Instituições de Ensino Superior (IES) cujos autores dos artigos possuíam vínculos, vinte e cinco instituições, possuem somente um artigo publicado nos termos desta pesquisa na plataforma de periódicos Capes. Oito instituições, Fundação Getúlio Vargas, Universidade de Fortaleza, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Paraná possuem dois artigos cujos autores estão vinculados à instituição.

As IES que tiveram mais artigos com autores vinculados a elas foram a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Santa Maria, com cinco artigos cada uma, e a Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Tecnológica Federal do Paraná, tendo dois artigos publicados por autores ligados às IES.

A Lei de Zipf, também conhecida como a Lei do Mínimo Esforço, realiza uma análise do aparecimento de palavras em um determinado texto, gerando uma lista de termos em uma temática. Assim, se torna possível observar, por meio das palavras-chave, qual o tema está sendo tratado em um determinado artigo ou livro (Vanti, 2002).

Tabela 3

Palavras-chave

Palavra-chave	Quantidade de Repetições
Governança Pública	25
Governança	11
Administração Pública	8
Gestão Pública	6
Governança Corporativa	6
<i>Accountability</i>	4
Governança No Setor Público	3
Instituição De Ensino Superior	3
Setor Público	3

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2022).

Ao realizar uma lista de ocorrência de palavras, utilizaram-se termos pertencentes ao escopo da pesquisa. Em relação à quantidade de vezes que foram repetidas, há destaque na repetição das palavras “Governança Pública” com 25 repetições, “Governança” com 11 repetições; “Administração Pública” com 8, “Gestão Pública” e “Governança Corporativa” com seis repetições e “*Accountability*” com quatro repetições.

Ainda, a partir da análise das palavras-chave, cuja quantidade de palavras diferentes encontradas nesta amostra foi de 150 palavras, observa-se o amplo espectro de temas, demonstrando que há interdisciplinaridade presente nesse levantamento. Diversos setores, como saúde, educação e inovação são palavras-chave que apareceram ao menos uma vez nessa análise.

Tabela 4

Quantidade de publicações por autor

Artigos Publicados	Quantidade de Autores	% dos Autores
1	148	96,7
2	4	2,6
3	1	0,7

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2022).

Neste estudo, somente um autor se repetiu três vezes, sendo ele Nelson Guilherme Machado Pinto, enquanto quatro autores apareceram duas vezes: Karoline Rodrigues Sobreira, Manuel Salgueiro Rodrigues Junior, Ivan Carlos Vicenti e Blênio Cezar Severo Peixe.

A análise de publicação por autoria, encontra a autora Karoline Rodrigues Sobreira e o autor Manuel Salgueiro Rodrigues Junior, em dois artigos publicados juntos, nos anos de 2017 e 2018. São eles: “Governança no setor público segundo IFAC: levantamento do nível de aderência de uma instituição de ensino superior”, na Revista Controle: doutrinas e artigos e “Governança no setor público: avaliação do nível de aderência de uma instituição de ensino superior ao modelo de governança pública da IFAC”, na Revista de Governança Corporativa. Ambos os autores estão ligados à Universidade Federal do Paraná.



Nelson Guilherme Machado Pinto é autor de três artigos ligados à governança, são eles: “Governança pública: Levantamento de noções de governança em uma área administrativa de uma unidade gestora do exército brasileiro” publicado em 2018 na revista Práticas de Administração Pública, “Os mecanismos de participação social da Câmara de vereadores de Cachoeira do Sul e os objetivos da governança pública, publicado na revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí em 2020 e, também publicado em 2020, o artigo “Transparência e *accountability*: uma análise das Universidades Federais do Rio Grande do Sul à luz dos princípios de governança da administração pública federal”, publicado na revista Reunir. O referido autor está ligado à Universidade Federal de Santa Maria.

Blênio Cezar Severo Peixe - Universidade Federal do Paraná, também é autor de dois artigos em governança no setor público como este artigo busca analisar, sendo eles “Governança Pública: análise Exploratória da Disclosure dos Municípios da Região Sul do Brasil. Sociedade”, publicado em 2020 na revista Sociedade, Contabilidade e Gestão e “Governança pública e *accountability*: uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais”, publicado na Revista Contemporânea de Contabilidade no ano de 2018. O autor possui vínculo com a Universidade Federal do Paraná.

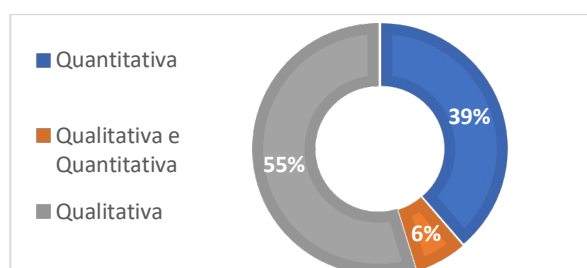
Ivan Carlos Vicentin é autor de dois artigos acerca do tema proposto no presente estudo, são eles “Práticas de comunicação da governança pública em municípios brasileiros por intermédio de portais governamentais” publicado no ano de 2018 na Revista Tecnologia e Sociedade e “Um levantamento bibliométrico do uso de imagens na prática da comunicação da governança pública em portais governamentais municipais”, artigo publicado em 2021 na Revista Brasileira de Administração Científica. O autor está ligado à Universidade Federal do Paraná assim como o autor Biênio Cezar Severo Peixe.

Os preceitos da Lei de Lotka estabelecem que alguns pesquisadores publicam muito e muitos publicam pouco (Guedes; Borschiver, 2005), nesse sentido os resultados obtidos não vão ao encontro dos preceitos dessa lei, visto que a produtividade não é gradualmente distribuída. A Tabela 4 demonstra que somente 3 autores possuem mais que uma publicação sobre o tema governança pública, enquanto 146 autores possuem uma publicação acerca do tema.

Em relação à classificação dos estudos teóricos, em metanálises e estudos de clássicos, ou seja, estudos bibliográficos, apenas 19,2% dos artigos utilizados nesta análise apresentaram análise bibliográfica e metanálise, 23,1% apresentaram apenas metanálise e, 57,7%, ou seja, mais da metade da amostra, apresentou apenas a análise bibliográfica, reforçando a ideia da importância da teoria para o embasamento científico.

Figura 1

Classificação qualitativo/quantitativo

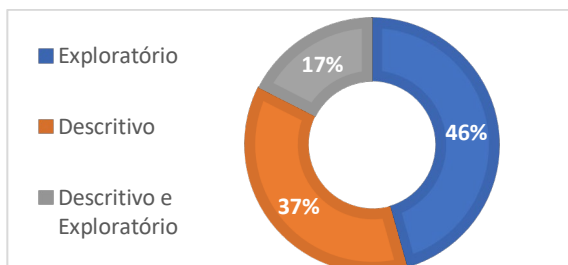


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2022).

A divisão realizada neste estudo, se deu por quantitativos, qualitativos, sendo a maior parte dos estudos de abordagem qualitativa, 54,8% em relação aos estudos quantitativos (38,7%) e do método misto (6,5%), demonstrando a grande exploração da teoria, mesmo em estudos empíricos.

Figura 2

Classificação de tipo de Estudo



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2022).

Em relação à estratégia metodológica dos estudos analisados, mais de 45% dos estudos possuem caráter exploratório, 17,5% descritivo-exploratório e cerca de 36% dos casos desta amostra apresentaram caráter descritivo, mais uma vez apontando para a necessidade da exploração do tema.

A tabela 5 apresenta a quantidade de citações que cada um dos artigos utilizados neste estudo obteve desde sua publicação. Para Guedes & Borschiver (2005), a quantidade de vezes que um artigo foi citado diz muito sobre sua qualidade, relevância do tema, do autor e também do periódico em que o estudo científico foi publicado.

Tabela 5

Quantidade de publicações por estudo

NÚMERO DE CITAÇÕES	%
0	31,6%
> 1	24,6%
1 > 10	31,6%
10 > 20	8,8%
> 20	3,5%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2022).

Como pode ser visualizado, apenas 3,5% dos artigos desse estudo foram citados mais de 25 vezes desde sua publicação até a data de elaboração deste artigo. Vale ressaltar que os dois estudos que fazem parte deste percentual foram publicados em periódicos de categoria A4 no novo Qualis, sendo a data de publicação os anos de 2018 e 2019, sendo um desses estudos vinculados à Universidade Federal de Brasília, uma das instituições que apresentou mais vínculos de autores nesse estudo.

Cerca de 31,6% dos estudos obtiveram mais do que 1 publicação até o total de 10. Mais de 24% dos casos obtiveram apenas uma citação desde a data de publicação e, cerca de 31% dos artigos não possuem até a elaboração deste estudo nenhuma citação.

5 Discussão

O cenário brasileiro passou por uma relevante mudança que provocou alterações no comportamento dos administradores, sobretudo no setor público, trazendo a ideia de cautela nas ações e um cuidado no agir cada vez mais dentro das conformidades legais, buscando mecanismos nos fundamentos da governança aplicados aos órgãos públicos frente à sociedade.

Em meados de 2020 observamos o maior número de publicações acerca do assunto, podendo ter relação com o período após os escândalos da operação Lava Jato, “um dos principais alvos da Operação Lava Jato é punir crimes de corrupção que afetaram, e ainda afetam, o erário público. Não é possível desassociar os crimes investigados pela Operação com a temática contábil” (Lenz & Rodrigues, 2019).

Outro ponto relevante é que anterior ao período observado se deu às grandes obras públicas, devido a eventos sediados no Brasil, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Nesse período existiu uma forte institucionalização de instâncias de governança pública, porém por outro lado baixa participação efetiva da sociedade civil (Santos, 2014). Tivemos notícias e apontamentos dos Tribunais de Contas em que foram noticiados escândalos de corrupção, obras inacabadas e orçamentos não viáveis economicamente (Soares, 2013).

É possível observar, ainda, que o período estudado é imediatamente posterior à promulgação da Lei nº 13.303/2016 conhecida como a Lei das Estatais brasileiras. A referida Lei teve como inspiração a OECD *Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises*, que traz normas acerca da governança (Fortini & Shermam, 2017). Quanto à quantidade de autores que se debruçam sobre o tema governança pública, observa-se que a grande maioria se limitou a publicar um artigo sobre o tema, demonstrando que há espaço na academia para novos estudos, desdobrando o tema da governança na administração pública.

6 Conclusão

Este artigo objetivou investigar a ocorrência de trabalhos que exploram os conceitos e princípios da governança pública, por meio de uma análise bibliométrica. O presente estudo bibliométrico se concentrou limitando-se nos dados quantitativos bem como nas características formais acerca dos artigos encontrados. Na análise realizada, foram utilizados como critério de seleção dois termos “Governança” e “Pública”, selecionando o filtro da base de dados para artigos que contivessem o primeiro termo em seus títulos e o segundo em qualquer campo, delimitando a pesquisa na plataforma Periódicos Capes.

A partir da busca supracitada, foi possível perceber que o tema governança pública é bastante estudado no âmbito das pesquisas acadêmicas, sendo a sua ocorrência aumentada nos últimos anos, devido à preocupação com a transparência e lisura da administração pública no Brasil. A metodologia adotada para a execução deste artigo se mostrou efetiva na seleção de conteúdo e permitiu dar sentido ao proposto no referencial teórico.

Pode-se ainda destacar que a concentração em produções de artigos leva a crer que o assunto da governança no âmbito público tende a crescer como mecanismo de uma boa administração.

Ao findar o presente artigo, como limitação do estudo, destaca-se a sua realização utilizando apenas uma base de dados específica, CAPES. Portanto, como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a consulta em outros portais de periódicos acadêmicos, como também, que seja realizada uma investigação qualitativa nas principais pesquisas publicadas, com a finalidade de identificar suas características, local de publicação, quais métodos vêm



sendo discutidos com o objetivo de reforçar a base teórica e instigar o interesse por essa temática.

As publicações acerca do tema têm chamado a atenção de pesquisadores interessados em compreender os mecanismos da administração pública e as implicações da aplicação dos princípios da governança, construindo uma realidade organizacional que contribua para um bom resultado dessa administração moderna.

Referências

- Ansell, C., & Torfing, J. (2016). **Introduction: theories of governance**. Em Handbook on theories of governance (p. 1–18). Edward Elgar Publishing.
- Araújo, C. A. A. (2006). **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em questão, 12(1), 11–32.
- Benedicto, S. C., Júnior, E. D. S. G., Pereira, J. R., Andrade, G. H. N. (2018). **Governança corporativa: uma análise da aplicabilidade dos seus conceitos na administração pública**. Organizações Rurais & Agroindustriais, 15(2), 286–300.
- Branco, C. S. C., & Cruz, C. S. (2013). A prática de governança corporativa no setor público federal. **Revista do TCU**, 127, 20–27.
- Corralo, G. S. (2018). **Direitos Fundamentais e Democracia**. 398–421.
- Crespi, T. B., Preusler, T. S., Luna, N. A., & Ferreira, M. P. (2017). Novo Qualis: impacto na Avaliação da Produção Intelectual dos Pesquisadores em Administração. **Revista de Ciências da Administração**, 1(1), 131–147. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2017v19n47p131>
- Cruz, C. F. da, & Afonso, L. E. (2018). Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. **Revista de administração pública**, 52(1), 126–148. <https://doi.org/10.1590/0034-7612165847>
- da Educação, M. (2019). **Relatório do Qualis Periódicos Área 27: Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo**.
- Faraco, B. P., Niwa, T. H., & Vicentin, I. C. (2016). Controle na Administração Pública. Em A. G. de Oliveira, B. J. Pisa, & S. M. Augustinho (Orgs.), **Gestão e Governança Pública Aspectos Essenciais** (p. 40). UTFPR.
- Ferreira, G. J. B. de C. (2016). **Governança Corporativa aplicada ao Setor Público: o Controle Interno como um dos núcleos de implementação**. Revista Controle, 14(1), 39–73. <https://doi.org/10.32586/rcda.v14i1.315>
- Fortini, C., & Shermam, A. (2017). **Governança pública e combate à corrupção: novas perspectivas para o controle da Administração Pública brasileira**. Interesse Público-IP (Vol. 19).



- Guedes, V. L. S., & Borschiver, S. (2005). **Bibliometria**: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. Encontro Nacional de Ciência da Informação.
- IBCC. (2015). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4382648/mod_resource/content/1/Livro_Codigo_Melhores_Praticas_GC.pdf
- Lisot, A. (2012). Os princípios da governança corporativa no processo de modernização da gestão da segurança pública no Brasil. **Revista Ordem Pública**, 1, 29–55.
- Marques, M. C. C. (2007). **Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público**. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(1), 11–26.
- Matias, J. P. (2010). **A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro**. *Administração Pública e Gestão Social*, 2(1), 109–134.
- Montero, I., & León, O. G. (2007). **A guide for naming research studies in Psychology**. *International Journal of clinical and Health psychology*, 3, 847–862.
- Paines, A. T., Aguiar, M. R. V., & Pinto, N. G. M. (2018). **A governança no setor público segundo a Ifac**: uma análise dos Institutos Federais da região Sul do Brasil. *Núcleo*, 351–366.
- Referencial Básico de Governança Organizacional: para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. Brasília: TCU. ([s.d.]).
- Reis, D. B., Kessler, N. S., & Pinto, N. G. (2019). Governança Pública e Avaliação do Grau de Riscos pelos Gestores a partir da Estrutura do Coso Na UFSM. **Revista Científica da Ajes**, 17.
- Ribeiro, H. C. M., & Santos, M. C. (2015). **Perfil e Evolução da Produção Científica do Tema Governança Corporativa nos periódicos Qualis/Capes Nacionais**: uma Análise Bibliométrica e de Redes Sociais. Em *Contabilidade, Gestão e Governança* (p. 4–27).
- Rio, O. (2011). **Ética e exercício de cidadania**: o papel da administração pública. Instituto Nacional de Administração - IPI. 168–188.
- Sales, E. C. A. S. (2014). **Governança no setor público segundo a IFAC**: um estudo nas universidades federais brasileiras. 158.
- Santos, A. A., Crispim, S. F., Oliva, E. C., & Dornelles, M. (2020). Códigos de Governança Corporativa dos Países Latino-Americanos: Análise das Práticas da ONU. **Revista de Administração Mackenzie**, 21(6), 1–28. <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMD200061>



- Santos, N. L. (2014). Os movimentos sociais e a reforma do estádio “Mineirão” para Copa de 2014, na cidade de Belo Horizonte. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, 21(28). <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2014v21n28p8>
- Soares, M. M., Behmoiras, D. C., & Sampaio, J. O. (2013). **A cidadania ferida no país da copa: as obras públicas para os megaeventos sob o sorriso do lagarto**. *Motrivivência*, 41, 128–139.
- Sobreira, K. R., & Rodrigues Júnior, M. S. (2017). Governança no setor público segundo IFAC: levantamento do nível de aderência de uma instituição de ensino superior. **Revista Controle**, 15(1), 166–194. <https://doi.org/10.32586/rcda.v15i1.363>
- Splitter, K., Rosa, C. A., & Borba, J. A. (2000). **Uma análise das características dos trabalhos “ditos” bibliométricos publicados no Enanpad entre**.
- TCU. (2020). **Referencial Básico de Governança Organizacional**: para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU.
- TCU. (2021). **Dez passos para a boa governança**.
- Teixeira, M. L. M., Iwamoto, H. M., & Medeiros, A. L. (2013). Estudos bibliométricos em administração: discutindo a transposição de finalidade. **Administração: Ensino e Pesquisa**, 423–452.
- ([S.d.]). Ufrgs.br. Recuperado 10 de fevereiro de 2023, de <https://www.ufrgs.br/ppggeo/ppggeo/wp-content/uploads/2019/12/QUALIS-NOVO-1.pdf>

Referências utilizadas para a realização da análise bibliométrica

- Almeida-Santos, P. S., Dani, A. C., Dal Magro, C. B., Matias-Pereira, J., & Zonatto, V. C. da S. (2018). **Efeitos da Qualidade da Governança Pública no Sentimento de Confiança da População em Países da América Latina**. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(4), 228–238.
- Araujo, T. S., Peduti, K., & Rover, A. J. (2016). Gestão pública e parcerias público-privadas: teoria do estado e tecnologias de governança difusa para controle social. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**.
- Baptista, V. F. (2017). A governança pública como anti governança. **Revista Espaço Acadêmico**, 17(194), 122–134.
- Barbosa, C. R., & Faria, F. de A. (2018). **Governança no setor público**: um estudo na administração direta estadual. *Faces*, 17(4), 129–147. <https://doi.org/10.21714/1984-6975faces2018v17n4art5934>
- Beraldo, M. P., Passos, F., & Rister, C. A. (2020). Governança pública para garantir o financiamento dos direitos sociais em tempos de pandemia. **Revista de Direito**



Administrativo e Gestão Pública, 6(2), 82.

<https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0073/2020.v6i2.6988>

Bertoncini, M., & Presente, V. R. (2021). As alterações dos modelos de Gestão Estatal e uma proposta de Conceituação de Governança da Administração Pública. *Seqüência estudos jurídicos e políticos*, 41(86), 123–147. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2020v41n86p123>

Brito, A. D., Lopes, J. C., & Anjos Neta, M. M. S. dos. (2020). Tripé da governança: poder público, setor privado e a sociedade civil em busca de uma gestão integrada dos recursos hídricos. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 8(4), 506. <https://doi.org/10.19177/rgsa.v8e42019506-522>

Caballero, P. E. F., & Copetti, A. C. (2020). **A Importância do Compliance para a Efetivação da Governança Pública na Administração Municipal**. *Meritum*.

Camilo, S. P. O., Manenti, R. V. A., & Yamaguchi, C. K. (2018). Práticas de governança pública municipal: análise informacional dos sítios eletrônicos em portais de transparência. **Revista de Ciências da Administração**, 1(2), 8–23. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018v20nespp8>

Castelo, S. L., Castelo, A. D., Castelo, J. L., Araújo, H. S., & Araújo, V. F. de. (2018). Governança pública e performance: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Controle**, 15(2), 289–319. <https://doi.org/10.32586/rcda.v15i2.403>

Correio, M. N. O. P., & Correio, O. V. (2019). **Práticas de Governança Pública Adotadas pela Administração Pública Federal Brasileira**. *Administração Pública e Gestão Social*.

Cóssio, M. D. F., & Scherer, S. S. (2019). Governança em Rede e Parcerias Público-Privadas em Educação no Estado do RS. **Revista Contrapontos**, 19(2), 71. <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v19n2.p71-92>

Costa, A. C. P. da, Leal, A. F. P., Nascimento, L. C. B. do, Mendonça, C. M. C. de, & Guerra, L. C. B. (2018). Alinhamento da gestão de processos com os mecanismos do modelo de governança pública do TCU: O estudo de caso em uma universidade federal da Amazônia Oriental. **Revista do Serviço Público**, 69(3), 741–772. <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i3.3183>

Eckert, A., Cioato, D., & Mecca, M. S. (2021). Governança pública: investimento em educação e sua relação com o desempenho dos estudantes nos municípios da Serra Gaúcha. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, 9(18), 1–23. <https://doi.org/10.5902/2318133842486>

Eyerkauffer, M. L., Sedlacek, A. C., Moser, P., & Fabre, V. V. (2020). **Planejamento Estratégico para Desenvolvimento Sustentável Local Sob a Ótica da Governança Pública**. *Gestão & Planejamento*, 21, 397–415. <https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v.21.6138>



- Filho, W. F., & Valadares, J. L. (2017). **Governança**: uma nova perspectiva de gestão aplicada à administração pública. *The Journal of Engineering and Exact Sciences*, 5, 721–0723.
- Fonseca, D., Meneses, P. P. M., Souza, I. G. L., & Hollanda, P. P. T. (2019). Escolas de governo e redes de capacitação no setor público: perspectivas metodológicas para governança. **Revista Do Serviço Público**, 70, 34–70.
- Fonseca, F. C. P. (2019). A “governança empresarial” das metrópoles sob o predomínio neoliberal: o papel da gestão pública gerencial e da privatização do sistema político. **Cadernos Metr pole**, 21(45), 393–415. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4502>
- Fontes-Filho, J. R. (2018). A governança corporativa em empresas estatais brasileiras frente à Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei no 13.303/2016). **Revista do Serviço Público**. 69, 209–238.
- Freire, B. D., Conejero, M. A., & Parente, T. C. (2021). Saliência, influência e participação dos stakeholders nas estruturas de governança e no processo de tomada de decisão de instituições públicas de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, 14(3), 251–275.
- Freitas, I. N. de, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, Pinto, N. G. M., & Universidade Federal de Santa Maria. (2020). **Os mecanismos de participação social da câmara de vereadores de Cachoeira do Sul e os objetivos da governança pública**. *Reavi*, 9(16), 082–096. <https://doi.org/10.5965/2316419009142020082>
- Garcez, G. S. (2018). A participação popular como instrumento de cidadania ativa por meio da governança nas políticas públicas, a fim de garantir o direito ao meio ambiente como elemento do mínimo existencial. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, 23–40.
- Jesus, C. R., & De; Estender, A. C. (2018). A Governança corporativa aplicada como estratégia na gestão do endividamento público. **DESAFIOS- Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins**, 60–75.
- Lima, M. L., & Dantas, J. M. M. (2018). **Custos e Governança Pública-Desenvolvimento Nacional Baseado em Public Intelligence (PI)**. *NAU Social*, 17.
- Luciano, E. M., Wiedenhöft, G., & Pinheiro dos Santos, F. (2018). **Barreiras para a Ampliação de Transparência na Administração Pública Brasileira**: Questões Estruturais e Culturais ou Falta de Estratégia e Governança? *Administração Pública e Gestão Social*, 10(4), 282–291. <https://doi.org/10.21118/apgs.v10i4.2017>
- Magalhães, B. D., & Coelho, F. (2011). **Imbricações entre governança pública e governabilidade para a implementação da reforma administrativa**: o caso da gestão para a cidadania em Minas Gerais (2011- 2014). *Gestão & Planejamento-G&P*, 10.
- Marques, P. V., Peter, S. B., Da, M., Nascimento, G. A., & Machado, C. P. S. (2020). Governança nas Universidades Federais do Brasil segundo o “Levantamento Integrado de



- Governança Organizacional Pública” do Tribunal de Contas da União. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, 164–196.
- Martins, G. D., & Peixe, B. C. S. (2020). **Análise Exploratória da Disclosure dos Municípios da Região Sul do Brasil. Sociedade, Contabilidade e Gestão**. 134–159.
- Martins, V. A., Junior, J. J., & Enciso, L. F. (2018). Conflitos de agência, Governança Corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico. **Revista de Governança Corporativa**, 1.
- Menezes, M. (2018). Governança das entidades de fiscalização superior no Brasil e no México. **Revista do Serviço Público**, 69(2), 193–226.
<https://doi.org/10.21874/rsp.v69i2.1698>
- Messias, D., & Walter, S. A. (2019). **Governança e controladoria no setor público: uma análise do governo e da controladoria-geral do estado de Minas Gerais**. *Práticas de Administração Pública*, 2(2), 31. <https://doi.org/10.5902/2526629234635>
- Nascimento, M. M., & Vicentin, I. C. (2021). Um levantamento bibliométrico do uso de imagens na prática da comunicação da governança pública em portais governamentais municipais. **Revista Brasileira de Administração Científica**, 100–112.
- Neto, A. P., Emmendoerfer, M. L., & Corrêa, S. C. H. (2020). **Diretrizes de Educação em Empreendedorismo no Setor Público: a Perspectiva das Escolas de Governo**. *Contabilidade Gestão e Governança*, 23(3), 405. https://doi.org/10.51341/1984-3925_2020v23n3a7
- Oliveira, A. B. de, Flôres, F. D., & Pinto, N. G. M. (2020). Transparência e accountability: uma análise das Universidades Federais do Rio Grande do Sul à luz dos princípios de governança da administração pública federal. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, 10(2), 12–22.
<https://doi.org/10.18696/reunir.v10i2.787>
- Peixe, B. C. S., Rosa Filho, C., & Abreu Passos, G. (2018). Governança pública e accountability: uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 36, 77–96.
- Pereira, B. A. D., & Ckagnazaroff, I. B. (2021). Contribuições para a consolidação da New Public Governance: identificação das dimensões para sua análise. **Cadernos EBAPE BR**, 19(1), 111–122. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200104>
- Pires, L. B. R., Magalhães, L. C., & Mahmud, S. D. P. (2021). **Aplicação dos conceitos de governança das contratações na cadeia de suprimentos de um hospital público universitário**. 41,(4), 319–324.
- Ramos, K. H. C., Montezano, L., Pinheiro, A. O., & Avelar, M. (2021). Percepções de Comitês Sobre a Aplicação da Governança Pública Federal. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v, 14(1), 95–119.



- Ramos, S. S., Vieira, K. M., & Paraboni, A. L. (2017). Governança Corporativa em Organizações Públicas: Aplicação do Limpe na Mesorregião Centro-Ocidental Rio-Grandense. **Revista Administração em Diálogo - RAD**, 19(1), 01. <https://doi.org/10.20946/rad.v19i1.22873>
- Ribczuk, P., & Nascimento, A. R. (2017). Governança, governabilidade, accountability e gestão pública: critérios de conceituação e aferição de requisitos de legitimidade. **Revista Direito Mackenzie**.
- Ribeiro, P. G., Ishikawa, G., Lima, I. A., Neto, P. N., & Rasoto, V. I. (2020). **Sustentabilidade no Uso de Recursos Públicos Segundo a IFAC e o CIPFA: uma análise da Prática C de Governança Pública- definição de resultados em termos de benefícios econômicos**.
- Rodrigues, G. O., Antunes, M. C., Moreira, C. R., Sales, E. D. S., & Antunes, J. (2020). **Governança aplicada ao setor público: um estudo bibliométrico dos últimos cinco anos/Governance applied to the public sector: a bibliometric study of the last five years**. Informe Gepec, 24(2), 11–29. <https://doi.org/10.48075/igepec.v24i2.23856>
- Rodrigues, J. S. (2019). Agenda ambiental na administração pública e licitações sustentáveis como instrumentos de governança. **Revista Controle**, 16(2), 376–401. <https://doi.org/10.32586/rcda.v16i2.495>
- Sant’anna, A., Queiroz, E., & Marchi, J. J. (2020). **Um ensaio sobre o desenvolvimento local desde a ativação social e a governança pública**. Interações (Campo Grande), 597–613.
- Santos, J. C., & Silva, F. R. (2019). Governança pública: avanços e retrocessos da política de ciência e tecnologia do Tocantins. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. 155–175.
- Santos, L. T., Pinto, J., & De F.A; Cássia, M. G. (2017). **Redes de cooperação e governança pública: o caso do mapeamento cultural de Belo Horizonte**. Competência. V, 10(2).
- Santos, R. R., Freitas, M. M., & Vicente, E. F. R. (2018). Impacto da governança na eficiência da aplicação dos recursos públicos com educação. Contextus - **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, 16(3), 101–123.
- Silva, M. R. da, & Vicentin, I. C. (2018). Práticas de comunicação da governança pública em municípios brasileiros por intermédio de portais governamentais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, 14(30). <https://doi.org/10.3895/rts.v14n30.5808>
- Silva, J. P., Bonfim, M. P., Gonçalves, R., De, S., & Niyama, J. K. (2018). **Qualidade do lucro versus governança corporativa: uma análise das companhias de utilidade pública listadas na B3**. Contabilidade Vista & Revista, 29, 48–76.



- Simionato, K. M., Da, C., & Kempfer, M. (2019). Administração pública gerencial e estatuto jurídico das empresas estatais: práticas de governança corporativa em prol da sustentabilidade socioeconômica. **Revista Thesis Juris**, 185–204.
- Sobreira, K. R., & Rodrigues, M. S. (2018). Governança no setor público: avaliação do nível de aderência de uma instituição de ensino superior ao modelo de governança pública da IFAC. **Revista de Governança Corporativa**, 5(1).
<https://doi.org/10.21434/IberoamericanJCG.v5i1.33>
- Sobreira, Karoline Rodrigues, & Rodrigues Júnior, M. S. (2017). Governança no setor público segundo IFAC: levantamento do nível de aderência de uma instituição de ensino superior. **Revista Controle**, 15(1), 166–194. <https://doi.org/10.32586/rcda.v15i1.363>
- Souza, C. M. de, Lima, C. A. A. F., Silva, M. H. da, Chaves, M. R., Silva, A. V. da, & Ba, S. A. C. (2019). Governança Pública: um estudo do programa Dinheiro Direto em uma Unidade de Segurança em Goiás. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, 12(2), 153–177. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2018.v12.n2.871>
- Souza, T. D., & Pinto, N. G. M. (2019). **Governança pública**: levantamento de noções de governança em uma área administrativa de uma unidade gestora do exército brasileiro. *Práticas de Administração Pública*, 2(3), 66. <https://doi.org/10.5902/2526629239075>
- Teixeira, A. F., & Gomes, R. C. (2019). Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, 70(4), 519–550. <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3089>
- Tiago, C. E. V., & Rohm, R. H. D. (2019). O fortalecimento da governança e da eficiência nos serviços públicos brasileiros nas transições de governo. **Revista Internacional de Ciências**, 9(2), 70–83. <https://doi.org/10.12957/ric.2019.38513>
- Travaglia, K. R., & Sá, L. F. V. N. de. (2017). Fortalecimento da governança: uma agenda contemporânea para o setor público brasileiro. **Revista Controle**, 15(1), 22–53.
<https://doi.org/10.32586/rcda.v15i1.365>

ⁱ Academic qualifications: Degree in Law from Municipal University of São Caetano do Sul – SP – Brazil.

ⁱⁱ Academic qualifications: Degree in Accounting Sciences and Economic Sciences and Master's degree in Administration from the Municipal University of São Caetano do Sul – SP- Brazil.

ⁱⁱⁱ Academic qualifications: Doctorate in Business Administration from the University of São Paulo - SP - Brazil and Post-doctorate from FEA/USP - São Paulo - SP - Brazil. Master's in Business Administration from the Pontifical Catholic University of São Paulo - São Paulo – SP. Brazil.

